



União das Freguesias de Carnaxide e Queijas

Junta de Freguesia

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA **REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2016**

-----**ACTA NÚMERO 17**-----

Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, na Sede da Junta de Freguesia, em Carnaxide, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a presidência do Senhor Presidente Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, estando presentes, o Senhor Secretário Américo Marques Ferreira Duarte, o Senhor Vogal José Rodrigues, a Senhora Vogal Carla Sofia Guia Pinto e o Senhor Vogal António Rocha. O Senhor Tesoureiro Luís Manuel Figueiredo Lopes e a Senhora Vogal Rosa Lopes Costa encontram-se ausente por motivo de férias. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Jorge Manuel de Sousa de Vilhena justificou as ausências e deu início à décima sétima reunião do Executivo, com a seguinte Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade: -----

Antes da Ordem do Dia: -----

- 1 – Informações -----
- 2 – Situação Financeira -----
- 3 – Aprovação das atas n.º 7,8,9,10,11,12 e 13/2016 -----
- 4 – Informação N.º 460/2016 – Maria Aline Nascimento Diogo Silva - Aposentação -----

Ordem do Dia: -----

- 1 – Proposta de Deliberação N.º 122/2016 – Aquisição de prestação de serviços, na modalidade de avença, para serviços de aconselhamento gratuito de psicologia à população – Sofia Pracana; -----
- 2 – Proposta de Deliberação N.º 123/2016 – Atribuição de comparticipação financeira à associação Humanitária dos Bombeiros de Carnaxide; -----

- 3 – Proposta de Deliberação N.º 124/2016 – Atribuição de comparticipação financeira ao Linda-a-Pastora Sporting Clube; -----
- 4 – Proposta de Deliberação N.º 125/2016 - Medida Contrato Emprego Inserção - Processo 103/CEI/15 - Mercado Municipal Queijas Catarina Andreia Pinto dos Santos Trindade; -----
- 5 – Proposta de Deliberação N.º 126/2016 - Sepultura N.º 224 Talhão N.º 7 do Cemitério Paroquial de Carnaxide - Pagamento em prestações; -----
- 6 – Proposta de Deliberação N.º 127/2016 - Direção Geral de Reinserção Social – Pedido de Colaboração Execução de Medida de Trabalho a Favor da Comunidade – Ruben Machado e Francisco Guerreiro; -----
- 7 – Proposta de Deliberação N.º 128/2016 - Compartimento n.º 11 A do Ossário n.º 9 - Concessão a Título Perpétuo; -----
- 8 – Proposta de Deliberação N.º 129/2016 - Compartimento n.º 18 B do Ossário n.º 3 – vago – apropriação por parte da Junta de Freguesia; -----
- 9 – Proposta de Deliberação N.º 130/2016 - Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, para apoio às atividades da USCAL – Universidade Sénior de Carnaxide, Aprendizagem e Lazer da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas; -----
- 10 – Proposta de Deliberação N.º 131/2016 – Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença – João Pedro Rosa; -----
- 11 – Proposta de Deliberação N.º 132/2016 – Emissão de Parecer referente ao estacionamento na Rua Fernão Lopes, em Queijas – Email: GAF N.º 1158/2016; -----
- 12 – Proposta de Deliberação N.º 133/2016 – Festas em Honra de Nossa Senhora da Luz; ----
- 13 – Proposta de Deliberação N.º 134/2016 - Festas em Honra de S. Miguel Arcanjo – Queijas - Aprovação do Pré-Programa; -----
- 14 – Proposta de Deliberação N.º 135/2016 - 11ª Edição das Festas de Carnaxide 2016 - Aprovação do Pré-Programa; -----
- 15 – Proposta de Deliberação N.º 136/2016 – Desistência de Banca N.º 59 do Mercado Municipal de Carnaxide – Maria Madalena Marques; -----
- 16 – Proposta de Deliberação N.º 137/2016 - Aluguer de arcos decorativos (iluminação feérica) para as Festas em Honra de N.ª Sra. da Luz, em Linda-a-Pastora e para as Festas de em Honra de S. Miguel Arcanjo, em Queijas; -----

--- O Sr. Presidente deu a palavra ao público presente. -----

--- Pelo Sr. Luís Humberto Neto, residente na Praceta António Boto foi dito o seguinte:

--- No passado dia treze de julho, houve uma ação por parte do Sub-Comissário da PSP, tendo multado todos os carros que estavam fora do local de estacionamento na Praceta António Boto. O meu carro e os de vários residentes não estavam no local destinado ao estacionamento e foram multados. Fui ter com o Sr. Sub-Comissário e perguntei o porquê desta ação tendo dito que foi derivado a algumas queixas e que havia também queixas. O Sr. Sub-Comissário disse-me para contestar a multa porque sabe perfeitamente que os locais de estacionamento para os residentes são reduzidos atendendo ao número de residentes e de carros e as pessoas, obrigatoriamente, têm de deixar os carros fora dos locais destinados para esse efeito. O meu carro estava num local onde não obstruía a circulação bem como os outros carros que foram multados e confrontei o Sub-Comissário com essa situação e que reconheceu que não havia obstrução mas que tinha ido multar porque estavam fora dos locais destinados ao estacionamento. Nesse mesmo dia mandei um email para o Sr. Presidente onde explico o acontecido e onde digo que na Praceta não existe estacionamento pago, o que propicia que os não moradores a procurem para estacionarem os carros ocupando todos os lugares disponíveis para residentes e, com a máxima urgência, que sejam colocados parquímetros de forma a reduzir a procura de lugares por pessoas que não residente na Praceta e que ocupem os lugares de estacionamento durante todo o dia. Também referi que se encontra na Praceta uma viatura parada há mais de um ano tendo já ligado para a Policia Municipal. O Sr. Presidente respondeu ao meu email e onde sugeriu que, dado o meu grau de incapacidade, eu pedisse ao IMTT um lugar de estacionamento. Assim fiz só que o IMTT só atribui o dístico para estacionamento a pessoas com um grau de incapacidade de mais de sessenta por cento. Disse ainda que ia encaminhar o meu email para a PSP e Policia Municipal. Falei com a Agente da Policia Municipal que abriu um processo para esta viatura e abriu um processo para uma outra. Em relação aos parquímetros o Sr. Presidente não me deu resposta. Entretanto esta ação da PSP deixou um certo frenesim na Praceta. Falei com alguns moradores sobre ser necessário fazer-se alguma coisa porque eu tenho conhecimento que ali vão deixar o carro e apanham o autocarro para outro lado. Os lugares de estacionamento são muito poucos e alguma coisa tem que ser feita e por isso é que falo nos parquímetros. Como existe parquímetros na maior parte do bairro, preciso de dístico para poder estacionar noutro lado caso não haja estacionamento livre na minha praceta. Nesse sentido fui à Parques Tejo onde me perguntaram onde residia pelo que me disseram que não atribuía o dístico dado na praceta não haver parquímetros. Fiz uma carta à Câmara Municipal de Oeiras onde falo das proporções que o estacionamento da Praceta António Boto atingiu e onde expliquei a situação da ação da PSP. Expliquei que fui informado que este tipo de ações são para continuar. Disse ainda que na Praceta não existe estacionamento pago o que propicia que a procurem para estacionamento pela proximidade a diversos serviços, dificultando o estacionamento a quem

vive na praceta. Realcei que ali vivem casais novos com bebés e idosos com dificuldade de locomoção. Disse, ainda, ter tentado resolver o problema com a compra de um dístico de estacionamento para poder estacionar na Avenida de Portugal pelo que fui informado que não tinha direito ao dístico porque na Praceta António Boto não existe parquímetros. Mencionei na carta que enviei email ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia e explicar o sucedido onde solicitei a colocação de parquímetros na praceta. No dia seguinte enviei novo email ao qual não obtive resposta. Face o exposto solicito a V. Exa. para utilizar os poderes que dispõe para que na Praceta António Boto sejam colocados parquímetros de forma a que os munícipes não estejam sujeitos a novas multas. Fiquei a aguardar resposta a esta carta e passado um tempo contatei o secretariado do Presidente da Câmara pelo que me responderam que a carta havia sido enviada à Parques Tejo. Passados uns dias recebi uma resposta da Parques Tejo onde informaram que de acordo com o alargamento das zonas de estacionamento limitada de Carnaxide, previsto no plano estratégico de estacionamento municipal, aprovado pela Câmara Municipal de Oeiras e a Parques Tejo, e disse ter enviado um ofício à União de Freguesias de Carnaxide e Queijas a solicitar parecer sobre o alargamento que inclui a Praceta António Boto. Em resposta ao pedido de parecer, a União de Freguesias remeteu à Parques Tejo cópia da deliberação da Assembleia de Freguesia que dá parecer desfavorável ao referido alargamento. Disseram que iam dar conhecimento à União de Freguesias da minha carta e da resposta. Não resolve o problema dos residentes e como cidadão tenho deveres e tenho direitos e exijo uma solução para este problema porque estou disposto até a processar a Câmara Municipal. Em relação ao aproveitamento do estacionamento na Praceta António Boto, acontece com muita frequência, quando nós saímos de carro da praceta, por trás do Posto dos CTT, estão carros estacionados ao lado da faixa de rodagem e que obrigam a passar o traço contínuo. Há de haver um dia em que um agente da Policia nos vê a passar o traço contínuo e pode multar e tirar a carta porque se trata de uma infração muito grave. Há uns anos atrás, propus ao Sr. Presidente que, no aproveitamento do espaço na praceta, podiam criar um espaço de estacionamento onde existe uma palmeira com imensa vegetação à volta, existe lá um carro que não sai do estacionamento há anos e que a vegetação já está à volta e por cima do carro. Do lado esquerdo da palmeira, o estacionamento é de tal forma apertado que as pessoas evitam pôr ali o carro porque o podem riscar. O que eu propus foi que, atendendo que existem os Correios, existe a Policia, existe a farmácia, o espaço que está por trás dos Correios seria para servir quem vai a todos esses lugares. -----

--- Pela Sra. Maria Isabel Machado Fonseca, residente na Rua Eça de Queiróz, eleitora Nº A-4234, foi dito o seguinte: -----

--- Vivo em Carnaxide desde mil novecentos e setenta e quatro e passaram quarenta e dois anos e tenho assistido ao desenvolvimento desta terra da qual gosto muito e sempre tive só um veículo automóvel e sempre estacionei na rua, nunca tive qualquer problema de estacionamento. Nos últimos anos estacionar o carro, depois da oito horas da noite, tornou-se um grande problema. Já tive uma multa de estacionamento ao cimo da rua numa curva, entre dois caros, mas como cheguei perto da meia-noite, não fui tirar o carro às oito horas da manhã e às onze horas da manhã tinham acabado de me passar uma multa. Fui multada à porta de casa, não estava a obstruir a via, não estava a causar problemas. Não posso deixar o carro noutros locais porque quando chego tarde não posso ir busca-lo às oito horas da manhã porque não tenho dístico e é uma questão que assiste a todos nós que é termos um espaço onde possamos parar o carro. Na rua onde moro temos estacionamento em linha em ambos os lados, de um lado tem trinta lugares e do outro tem trinta e quatro lugares, temos um alinhamento de sete prédios com onze habitações por prédio o que dá setenta e sete habitações e se cada um tiver um carro, será setenta e sete viaturas e há sessenta e quatro lugares. Mas não há problema porque no meu prédio só cinco habitações é que tem carro por isso há sempre lugar. Deve-me assistir um lugar. Venho aqui, precisamente, pedir que me seja atribuído um dístico para poder estacionar porque não me posso arriscar a apanhar multa todos os dias. -----

--- Pelo Sr. Presidente foi respondido o seguinte aos munícipes: -----

--- Nós, os eleitos locais, somos responsáveis pelas medidas que tomamos, quer durante, quer depois dos nossos mandatos. E o fato é que estou perfeitamente à vontade. Desde que eu sou Presidente da Junta de Freguesia, nunca foi colocado nenhum parquímetro em Carnaxide. E acho estranho que os residentes de Carnaxide, à altura, quando os parquímetros foram implementados não tenham protestado sobre essa matéria. E o fato é que na política e na vida, as coisas recaem sempre sobre os vindouros, cabe aos outros resolver. A Freguesia de Carnaxide, Algés, Linda-a-Velha, Cruz-Quebrada, Dafundo, Queijas, eram localidades que pertenciam à Freguesia de Carnaxide até mil novecentos e noventa e três e que não souberam acautelar o estacionamento. Até aos anos oitenta era obrigatório os construtores construírem prédios com estacionamento, com um lugar à superfície, por cada apartamento. A partir dos anos oitenta e por forma a vender apartamentos, os construtores começaram a fazer garagens. E também a lei mudou e foi passado a ser obrigatório que esses mesmos construtores dotassem os prédios com determinado número de garagens face a cada andar ou de cada piso. Só que eles conseguiram contornar as coisas. Vamos pensar nas pracetas da Solátia, Praceta António Ferreira, Praceta António Feliciano Castilho e até à Praceta Florbela Espanca, para todas essas pracetas estava previsto haver estacionamento em garagem. Só

que os prédios terão sido mal construídos e durante a vistoria começou a aparecer água nas caves e a Câmara Municipal não emitiu licença de utilização para terem garagens. O que fizeram foi aproveitar os espaços que já existiam para fazer arrecadações. As coisas têm que ser chamadas pelos nomes. Cabe a nós, que vimos a seguir, resolver e fazer coisas novas. Nós não podemos criar estacionamento onde ele não existe e a senhora foi clara, tem sessenta e quatro lugares de estacionamento e setenta e sete apartamentos. É óbvio que era complicado se todos tivessem um carro, mas não têm, têm mais que um carro. Aquilo que eu me orgulho mais enquanto Presidente é saber tudo de cor e decorar tudo. Tudo o que acabaram de me dizer eu escrevi tudo. Quem cá estava não soube pensar o território porque o território é vasto mas não dá para esticar. A Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Isaltino de Moraes, entendeu, a determinado momento, criar a Empresa Municipal "Parques Tejo". Eu não precisava de lhe responder porque nenhuma das competências que referiu é da Junta de Freguesia, nem de Policia, nem de fiscalização, nem de árvores, nem de estacionamento. Em relação ao fato de o Sr. Luís Oneto ter sido multado, estranha-me muito aquilo que o Sr. disse e vou confrontar o Sr. Sub-Comissário com essas declarações. Se o Sub-Comissário entendeu ir com cinco Agentes é porque teve alguma reclamação e não foi da Junta de Freguesia. Se ele entendeu ir autuar os veículos foi porque os veículos estavam mal estacionados e foi porque tinha competência para tal. Em relação à viatura abandonada à qual foi feita comunicação à Policia Municipal, se a Policia Municipal informou que o processo ainda não estava aberto, é possível que não. A comunicação pode ser feita por qualquer entidade e reclamar de um veículo abandonado mas não basta, a Polícia Municipal tem que se deslocar ao local, confirmar essa reclamação, analisar o veículo e, depois, afixar um edital no vidro do carro e, após trinta dias, o dono deverá tirar o carro do local ou o mesmo é rebocado, só que não chega. O problema é que a Câmara Municipal tem dezenas de veículos para rebocar e centenas de veículos em armazém e está a tentar arranjar uma forma de poder arranjar um armazém para poder ter uma atuação mais eficaz. No início do ano a Parques Tejo apresenta um plano geral ao Municipio em que manifesta intenção de construção de parques e da implementação de zonas tarifadas. A Câmara Municipal aprova ou não. No início deste ano foi apresentado um conjunto de arruamentos para tarifar. A determinado momento, a Parques Tejo escreve à Junta de Freguesia a informar que foi aprovado um plano com um conjunto de arruamentos mas, fora do plano, e a propor um determinado número de arruamentos para colocação de parquímetros, ou seja, levaram ao Municipio um plano sem as ruas que indicam e depois, fora do plano, queria que a Junta de Freguesia assumisse implementar parquímetros nessas ruas. Pegámos no que propuseram e indicámos apenas os arruamentos que têm algum comércio. A Junta de Freguesia não concorda que se coloque parquímetros na Praceta António Boto, na Praceta da Escola, mas

concorda que seja designada zona residencial com atribuição de dístico, foi votado em Assembleia de Freguesia e aprovado. A Junta de Freguesia propôs que a vossa rua seja considerada uma zona residencial com atribuição de dístico, sem parquímetro. A Parques Tejo não nos deu resposta. Trata-se de justiça social e, portanto, o que a Junta de Freguesia propôs foi zona residencial com atribuição de dístico. Eles só disseram que a Assembleia de Freguesia não aprovou a implementação de dísticos. Mas aprovou zona residencial com atribuição de dístico. Em relação à Sra. Maria Isabel e em relação à multa da PSP, é uma questão de reclamar embora digam que não multam a partir das dezoito horas que só começam a multar a partir das dez da manhã porque sabem que são residentes. Mas já aconteceu eu reclamar junto da PSP, pelo fato de haver pessoas que me abordaram na rua e que estavam a ser multadas por um indivíduo ao sábado. E porquê? Um Agente da PSP, apesar de ter um superior hierárquico, é autónomo para fazer o que entender dentro da sua competência legal. Se ele vai a caminhar e vê uma situação menos clara, ele pode passar a multa. Às vezes, depende muito dos Agentes que são colocados na Esquadra, que podem não conhece a realidade da área geográfica e que só ao fim de algum tempo é que entram no espírito da Freguesia. -----

Ponto – Um – Informações -----

--- Decorreu uma campanha de recolha de sangue junto à Igreja, no dia vinte e três de julho, promovida pela Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Queijas, em parceria com a Junta de Freguesia e que foi bastante participada. -----

--- Decorreram, nos dias vinte e nove, trinta e trinta e um de julho, as Festas de Nho Santiago no Bairro Municipal dos Barronhos, festa tradicional dos cidadãos oriundos de Santa Cruz, Cabo Verde, na qual estive presente, em minha representação, o Sr. Secretário Américo Duarte, bem como o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oeiras. Decorreu com toda a normalidade, como é habitual. -----

--- “Vamos à Praia Sénior” foi um sucesso. Mais uma vez, a Junta de Freguesia organizou, durante uma semana, uma ida de seniores, que se inscreverem previamente, à praia, possibilitando assim a variedade de estilos de vida, condições sociais que este tipo de atividade permite aos munícipes uma deslocação à praia nesta época balnear. -----

--- Apoiámos os Bombeiros da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas. Há duas semanas, a Junta de Freguesia entregou, no Quartel dos Bombeiros de Linda-a-Pastora e no Quartel dos Bombeiros de Carnaxide, centenas de litros de água e sumos, que serviram os Bombeiros no combate aos fogos nos diversos teatros de operações. Este patrocínio, angariado pela Junta de Freguesia, junto de uma empresa com enorme responsabilidade social, Sumol-Compal, vem demonstrar o respeito e admiração que a comunidade tem pelos

Bombeiros e a prontidão que entendemos demonstrar com esta iniciativa. Mais uma vez a União de Freguesias enaltece a coragem, o sacrifício e bravura dos Bombeiros desta União de Freguesias, do Concelho de Oeiras e de todo o País, que se encontram no terreno sob condições extremas, a ajudar milhares de pessoas. -----

--- A Universidade Sénior de Carnaxide, criada em dois mil e treze por esta Junta de Freguesia, vai dar início ao quarto ano letivo, que abrirá no dia vinte e seis de setembro e as inscrições foram abertas no dia vinte e três de agosto. -----

--- O Assistente Técnico Armando Lopes continua de baixa médica por assistência à família desde o dia dezanove de agosto e, ontem, informou-me que se encontra a acompanhar a mãe no IPO e que a data de regresso previsível será na próxima sexta-feira. -----

--- Ainda se encontra de baixa de maternidade a nossa Assistente Social Ana Barata. Já regressou ao serviço, depois de férias, a Assistente Técnica Alexandra Sereto que está a assegurar o atendimento em Queijas. Embora não fosse a disponibilidade de alguns trabalhadores desta Junta de Freguesia, teríamos problemas graves em alguns setores porque não temos mais que um trabalhador por setor e, portanto, quero agradecer aos trabalhadores que têm assegurado o trabalho dos restantes quando se encontram de baixa médica. -----

--- Depois de eu ter escrito ao Sr. Vice-Presidente, no dia vinte e quatro de agosto, a Câmara Municipal vem informar que foi elaborado um estudo com vista à colocação de semáforos nas entradas de Linda-a-Pastora. A situação foi aprovada sendo que o processo de empreitada está em procedimento concursal, fase de apresentação de propostas. Irão ser desenvolvidos todos os esforços para que esta obra seja executada e concluída até ao final de dois mil e dezasseis. Também queríamos que fosse replicado à Estrada da Outurela, em Carnaxide, onde, nas últimas semanas, foram atropeladas duas pessoas, depois de a Junta de Freguesia andar a propor, desde dois mil e doze. -----

--- O Município de Oeiras comunica que vai iniciar-se a segunda fase de requalificação do Largo da Pátria Nova, a partir do dia um de setembro. -----

--- Oeiras assinou o contrato local de segurança com o Ministério da Administração Interna no dia quinze de julho, com a presença da Sra. Secretária de Estado, com a minha presença e com a presença do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, que foi a Junta de Freguesia e a União de Freguesias escolhidos pelo Ministério para um plano de intervenção e reforço de segurança. -----

--- Em termos de atendimentos sociais, tivemos quinze atendimentos no período de julho de dois mil e dezasseis, em Carnaxide. -----

Ponto – Dois – Situação Financeira -----

No período compreendido entre o dia 14 de Julho de dois mil e dezasseis e o dia 29 de Agosto de dois mil e dezasseis, conta ao nível das disponibilidades, com um saldo bancário de 30.604,62 € (trinta mil seiscentos e quatro euros e sessenta e dois cêntimos); em caixa 4.196,07 € (quatro mil cento e noventa e seis euros e sete cêntimos), sendo o total das disponibilidades de 38.007,35 € (trinta e oito mil e sete euros e trinta e cinco cêntimos) a transitar para a semana seguinte. Receitas entradas perfazem 162.775,28 € (cento e sessenta e cinco mil setecentos e setenta e cinco euros e vinte e oito cêntimos); despesas efetuadas e liquidadas num valor total de 146.480,25 € (cento e quarenta e seis mil quatrocentos e oitenta euros e vinte e cinco cêntimos). -----

Ponto – Três – Aprovação das atas n.º 7,8,9,10,11,12 e 13/2016 -----

- A ata número sete barra dois mil e dezasseis foi aprovada por unanimidade dos presentes.
- A ata número oito barra dois mil e dezasseis foi aprovada por unanimidade dos presentes.
- A ata número nove barra dois mil e dezasseis foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----
- A ata número dez barra dois mil e dezasseis foi aprovada por unanimidade dos presentes.
- A ata número onze barra dois mil e dezasseis foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Ponto - Quatro – Informação N.º 460/2016 – Maria Aline Nascimento Diogo Silva - Aposentação -----

--- A D. Aline Silva tem trinta e seis anos de serviço desde o dia dois de dezembro de dois mil e quinze e foi distinguida com a medalha de bons serviços gau ouro, desta União de Freguesias e tem feito, nos últimos anos, em particular desde que sou Presidente desta Junta de Freguesia, um excelente desempenho e um excelente trabalho. O fato é que não podemos ser indiferentes a este pedido e a D. Aline Silva vem solicitar aposentação à Caixa Geral de Aposentações. Submeto ao Executivo se concordam que seja processado em conformidade. Foi aprovado por unanimidade o pedido de aposentação da Assistente Operacional Maria Aline Silva, ao serviço da Junta de Freguesia de Carnaxide e agora da União de Freguesias há trinta e seis anos e oito meses. -----

Ordem do Dia: -----

1 – Proposta de Deliberação N.º 122/2016 -----

Na sequência da deliberação n.º 118/2016, aprovada em 114 de julho de 2016, foi executado um convite, através de ofício com a ref.ª JV/RR/1417/2016 em 15 de julho de 2016, à Licenciada Dra. Sofia de Moura Branco Madeiras Pracana, para apresentar proposta para a

referida aquisição de serviços de aconselhamento gratuito à população para o atendimento de psicologia. -----

Neste sentido, e após apreciação da proposta e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art. 16.º e da alínea a) do n.º 1 do art. 20.º conjugado com os arts. 115.º, 125.º e 126.º do CCP (DL n.º 18/2008 de 29 de Janeiro), propõe-se: -----

1. A adjudicação da referida aquisição de serviço, por ajuste direto, à Sra. Dra. Sofia de Moura Branco Madeiras Pracana, licenciada em psicologia clínica, contribuinte n.º 218 340 710, com morada na Rua do Castelo, N.º 20, Quinta da Moura, 2730-206 Barcarena, pelo valor mensal fixo de € 150,00 (novecentos e cinquenta euros), tendo um valor variável de 10,00 € por consulta até ao limite de 20 consultas/mês, com cabimento em orçamento de 2016, pelo período de 12 (doze) meses, com início a 5 de setembro de 2016, eventualmente renovável por iguais períodos, desde que não seja terminado por nenhuma das partes com aviso prévio de 60 dias, mediante informação e cabimentos iguais. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

2 – Proposta de Deliberação N.º 123/2016 -----

Reconhecendo a importância que as Instituições Públicas, sem fins lucrativos, nomeadamente a Associação Humanitária dos Bombeiros de Carnaxide, que subsiste de quotas dos seus associados e com algum apoio de entidades públicas e privadas, os Bombeiros vivem com carências de meios humanos e materiais para que possam efetuar o socorro eficaz, principalmente à população. -----

Neste sentido, a Associação Humanitária dos Bombeiros de Carnaxide, solicitou a esta Junta de Freguesia apoio para aquisição de fardamentos deste Corpo de Bombeiros por se encontrar danificado e a necessitar de substituição. -----

Face ao exposto e atendendo que este apoio encontra a devida expressão nas GOP para o ano económico de 2016, propõe-se: -----

1. A atribuição de uma comparticipação financeira à Associação Humanitária dos Bombeiros de Carnaxide, no valor de 400,00 € (quatrocentos euros), para apoio à aquisição de novo fardamento para o referido Corpo de Bombeiros. -----

2. Mais se propõe que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

3 – Proposta de Deliberação N.º 124/2016 -----

Reconhecendo a importância que o desporto assume na sociedade atual e tendo como objetivo final o harmonioso desenvolvimento da condição intelectual e física dos nossos

municipes, as Grandes Opções do Plano para 2016 desta Junta de Freguesia preveem, através do apoio a ações de índole desportiva, o incentivo a entidades que promovam atividades neste âmbito. -----

Face ao exposto e atendendo que este apoio encontra a devida expressão nas GOP para o ano económico de 2016, propõe-se: -----

1. A atribuição de uma comparticipação financeira ao Linda-a-Pastora Sporting Clube, no valor de 200,00 € (duzentos euros), para apoio à aquisição de equipamentos para a modalidade de atletismo em que o Clube se faz representar, com diversas vertentes: pista, corta mato e estrada. -----

2. Mais se propõe que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes com uma abstenção do Sr. Vogal José Rodrigues. -----

4 – Proposta de Deliberação N.º 125/2016 -----

A Portaria n.º 128/2009, de 30 Janeiro, alterada pelas Portarias n.º 294/2010, de 31 de maio, n.º 164/2011, de 18 de abril, n.º 378-H/2013, de 31 de dezembro, n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro e regulamentada pelo Despacho n.º 1573-A/2014, de 30 de janeiro, vem estabelecer as normas no âmbito das Medidas de Contrato Emprego Inserção e Contrato Emprego Inserção +. -----

Nesta conformidade, informo que a trabalhadora Catarina Andreia Pinto dos Santos Trindade, que executa trabalho socialmente necessário, na área de SERVIÇOS GERAIS (Empregada de Armazém) nas instalações do Mercado Municipal de Queijas, no âmbito do Projeto 103/CEI/15, comunicou por meio de carta em 08/08/2016, que a partir do dia 27/8/2016 tinha intenção de terminar o contrato emprego-inserção com esta Junta de Freguesia dado ter obtido emprego. -----

Desta forma e atendendo à legislação em vigor relativa aos contratos emprego e inserção e inserção+, o contrato emprego-inserção cessa quando o beneficiário obtenha emprego conveniente (cláusula 7ª, nº1 – alínea a do Contrato Programa Inserção) pelo que deverá ser considerada a data de 27/8/2016 como término da execução do projeto, informando o IEFEP em conformidade. -----

Neste contexto e ao abrigo da portaria n.º 128/2009, de 30 Janeiro, alterada pelas Portarias n.º 294/2010, de 31 de maio, n.º 164/2011, de 18 de abril, n.º 378-H/2013, de 31 de dezembro, n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro e regulamentada pelo Despacho n.º 1573-A/2014, de 30 de janeiro, e em face ao acima exposto propõe-se a aprovação nos seguintes termos: -----

1. A cessação do contrato emprego-inserção celebrado entre a Freguesia de Carnaxide e

Queijas e Catarina Trindade com data de término em 27/08/2016. -----

2. Que seja dado conhecimento ao IEFP. -----

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

5 – Proposta de Deliberação N.º 126/2016 -----

Através de requerimento entregue nos serviços da Junta de Freguesia em 29/08/2016, a Sra. Lídia Celeste Trocado Delgado Pereira, portadora do Cartão do Cidadão nº 07560138, informa que requer a concessão a título perpétuo e efetuar o pagamento em prestações, onde se encontram os restos mortais de seu marido, o Sr. Mário Alves Pereira, a uma cadência mensal de 12 prestações, sendo as primeiras 11 no valor de 221,10€ e a última no valor de 221,60€. Nos termos do Regulamento da Tabela Geral de Taxas da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, nomeadamente o nº1 do artigo 15º, determina que a requerimento do devedor, a Junta de Freguesia poderá autorizar o pagamento das taxas em prestações periódicas, de preferência mensais, quando se reconheça que o requerente, pela sua situação económica, não pode solver a dívida integralmente através de um único pagamento. -----

Refere ainda o nº2 do mesmo artigo de que a autorização do pagamento a prestação, quando concedida deve definir o número de prestações, a respectiva periodicidade e o valor de cada uma, sem que a mesma possa autorizar mais de 12 prestações e o valor de qualquer uma delas não possa ser inferior ao valor de ¼ da unidade de conta no momento da decisão de autorização. -----

Ainda assim e perante nº3 do artigo 15º do citado regulamento, poderá o requerente proceder aos pagamentos das taxas devidas em prestações, mediante requerimento devidamente fundamentado, de acordo com as especificações legalmente previstas nos artigos acima enunciados e desde que previamente autorizado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas. -----

Por outro lado, a falta de pagamento de qualquer das prestações no prazo fixado, importa o vencimento imediato e automático das subseqüentes prestações, extraindo-se de imediato certidão do título de cobrança relativa às prestações em falta, para efeitos de cobrança coerciva, nos termos previstos no Código de Procedimento e de Processo Tributário. -----

Neste contexto propõe-se a aprovação nos seguintes termos: -----

1. Que seja concedida a referida concessão da sepultura n.º 224 do talhão n.º 7 a título perpétuo com 2,00mX0,75m e 1,15m de profundidade, à Senhora Lídia Celeste Trocado Delgado Pereira, portadora do cartão de cidadão n.º 07560138. -----

2. Autorização do pagamento em prestações, no valor de 2.653,70€ que será faseado em 12 prestações mensais e sucessivas, sendo as primeiras 11 no valor de 221,10€ e a última no

valor de 221,60€, com início em Setembro de 2016. -----

3. Que seja dado conhecimento à interessada do deferimento. -----

4. A presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

6 – Proposta de Deliberação N.º 127/2016 -----

À semelhança de situações anteriores e no âmbito das competências das Juntas de Freguesia e das GOP para 2016, pretende esta Junta de Freguesia continuar a apoiar a Direção Geral de Reinserção Social, nomeadamente com a aceitação de indivíduos para execução de medidas de trabalho a favor da comunidade. -----

Neste contexto, foi-nos solicitado pela Direção Geral acima mencionada a colocação de dois indivíduos nesta Junta de Freguesia para prestação de trabalho comunitário e face ao exposto a integração será da seguinte forma: -----

- Rúben André Cardozo Machado – 30h00m – reside em Carnaxide - será colocado no Mercado Municipal de Carnaxide (Vogal Responsável: Sr. Américo Duarte). -----

- Francisco José Gonçalves Guerreiro – 45h00m – reside em Carnaxide – será colocado no cemitério paroquial de Carnaxide (Vogal Responsável: Sr. José Rodrigues). -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. A aceitação dos indivíduos Rúben André Cardozo Machado e Francisco José Gonçalves Guerreiro para realização de trabalho comunitário. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

7 – Proposta de Deliberação N.º 128/2016 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 436/2016, relativamente ao pedido da Sr.ª Maria Ivone Gil Luc Santiago, para concessão a título perpétuo do compartimento n.º 11 A do ossário n.º 9.

No referido compartimento, encontrava-se inumado as ossadas de Albino Vicente Rodrigues, tendo sido trasladado para cremação em Rio de Mouro, ficando o mesmo compartimento vago para nova inumação ou concessão. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que seja concedida a referida concessão do compartimento n.º 11 A do ossário n.º 9, à Senhora Maria Ivone Gil Luc Santiago, portadora do Cartão de Cidadão N.º 01316324. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

8 – Proposta de Deliberação N.º 129/2016 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 492/2016, relativamente ao requerimento rececionado por esta Junta de Freguesia do Senhor José António Martins Fernandes, com registo de entrada n.º 3085 de 24/08/2016, referente ao pedido de trasladação das ossadas que se encontram no referido compartimento, da Sra. Maria Almeida Martins para o Cemiterio de Castelejo – Fundão, ficando o mesmo vago. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que o compartimento n.º 18 B do Ossário n.º 3, seja apropriado por esta Junta de Freguesia, nos termos do Regulamento em vigor. -----
 2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----
- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

9 – Proposta de Deliberação N.º 130/2016 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

A USCAL - Universidade Sénior de Carnaxide, aprendizagem e lazer, foi uma das ações previstas no mandato anterior, que posteriormente formaram corpo nas GOP/2013 aprovadas pela Junta de Freguesia e pela Assembleia de Freguesia de Carnaxide em Dezembro de 2012, nomeadamente na ação da terceira idade - projeto "Carnaxide Sénior" - criação de uma Universidade dedicada aos cidadãos seniores, um espaço de lazer e de aprendizagem ou reciclagem de matérias de interesse cultural e artístico, acessível a todos aqueles que desejam continuar ativos. -----

A USCAL é uma resposta socioeducativa desenvolvida em equipamento, que visa criar e dinamizar regularmente atividades formativas, culturais e físicas. Trata-se de uma aposta clara em dar mais qualidade de vida aos cidadãos, fomentando as relações sociais, com desenvolvimento do funcionamento mental, físico e desempenho, com a procura da satisfação de vida e bem-estar. Acumular recursos úteis na adaptação à mudança mantendo-se ativos e envolvidos na procura do saber. -----

Conforme decorre das GOP aprovados para 2016, torna-se necessário reforçar este serviço da Junta de Freguesia, dando apoio imprescindível às atividades e necessidades da USCAL, pelo que carece promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular, que possa assegurar a prestação deste serviço. -----

- A prestação de serviços terá início a 19 de setembro de 2016; -----
- A prestadora de serviços para desenvolver as atividades administrativas, proposta pelo serviço requisitante é a Sra. Ana Filipa Gomes Garcia; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 2.583,04 (dois mil quinhentos e oitenta e três euros e quatro cêntimos) correspondendo ao preço mensal de € 645,76 € (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos); -----
- O valor estimado para a aquisição de serviços anteriormente referenciada tem cabimento na rubrica 02/01.01.07.99 (GOP/Orçamento de 2016); -----
- A fundamentação da necessidade da aquisição destes serviços suporta-se na necessidade de reforço no apoio ao bom funcionamento da USCAL – Universidade Sénior de Carnaxide, Aprendizagem e Lazer; -----
- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto simplificado com consulta a uma entidade, em função do valor, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1, do artigo 20.º, o n.º 1 do artigo 36.º, o artigo 38.º, a alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 40.º, e com o artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos (“CCP”), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro), com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro) e com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º 1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP);
- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por a prestadora não estar sujeita às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina;
- A prestadora de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----
- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Regime de Funções Públicas (LGTRFP) «o contrato de avença tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o

tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 4 do artigo 32.º da LGTRFP, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos:

- a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----
- c) Seja comprovado pelo prestador de serviços a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2016, que se encontra em vigor (doravante identificada por "LOE 2016"), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado para os anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em funções públicas (LFTP), independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença.

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

- a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTRFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2016, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2015, não podem ultrapassar os valores pagos em 2015. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014 , de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto, que estabelece o Regime Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e Lei 80/2013 de 28/11; -----

- Lei n.º 87-A/2016, de 30 de março, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2016, abreviadamente identificada por "LOE 2016" que continua em vigor até que seja aprovado o novo OGE. -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e no Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 – Nos termos do disposto no n.º 10 do artigo 35.º da LOE 2016 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 – Existe a necessidade de adquirir serviços que se traduz no apoio às atividades da USCAL – Universidade Sénior de Carnaxide, Aprendizagem e Lazer. Trata-se pela sua natureza de um serviço provisório e eventual. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de quatro (4) meses, com início a 19 de setembro de 2016. -----

4 – O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 35.º da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2016; -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com a prestadora de serviços, Sra. Ana Filipa Gomes Garcia, contribuinte n.º 251 875 407. A prestadora de serviços deverá comprovar a situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

10 – Proposta de Deliberação N.º 131/2016 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

A reorganização administrativa do território das Freguesias, aprovada pela Assembleia da República (Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro e Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro), alterou significativamente o mapa de Freguesias de Portugal Continental. -----

Conforme decorre das GOP aprovados para 2016 torna-se necessário reforçar a área de limpeza e serviços gerais no Mercado Municipal de Queijas. Trata-se pela sua natureza de um serviço provisório e eventual, com acréscimo de serviço pela realização de diversos eventos, pelo que carece promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular, que possa assegurar a prestação deste serviço. -----

- A prestação de serviços terá início a 2 de setembro de 2016; -----

- Para desenvolver este serviço está proposta uma pessoa singular, o Sr. João Pedro Reis Rosa; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 2.583,04 (dois mil quinhentos e oitenta e três euros e quatro cêntimos) correspondendo ao preço mensal de € 645,76 € (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos); -----

- O valor estimado para a aquisição de serviços anteriormente referenciada tem cabimento na rubrica 07/01.01.07.99 (GOP/Orçamento de 2016); -----

- A fundamentação da necessidade da aquisição destes serviços suporta-se na necessidade de obter a prestação na área de limpeza e serviços gerais do Mercado Municipal de Queijas, atividade que pela sua natureza consiste num serviço provisório e eventual, sem que o acréscimo de serviço decorra da realização de diversos eventos; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto simplificado com consulta a uma entidade, em função do valor, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1, do artigo 20.º, o n.º 1 do artigo 36.º, o artigo 38.º, a alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 40.º, e com o artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados igualmente com a Lei das

Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro), com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro) e com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º 1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP);

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por a prestadora não estar sujeita às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- A prestadora de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Regime de Funções Públicas (LGTRFP) «o contrato de avença tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 4 do artigo 32.º da LGTRFP, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos:

a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----

c) Seja comprovado pelo prestador de serviços a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2016, que se encontra em vigor (doravante identificada por “LOE 2016”), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado para os anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho

em funções públicas (LFTP), independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença.

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTRFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2016, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2015, não podem ultrapassar os valores pagos em 2015. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto, que estabelece o Regime Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e Lei 80/2013 de 28/11; -----

- Lei n.º 87-A/2016, de 30 de março, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2016, abreviadamente identificada por "LOE 2016" que continua em vigor até que seja aprovado o novo OGE. -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e no Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 – Nos termos do disposto no n.º 10 do artigo 35.º da LOE 2016 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 – Existe a necessidade de adquirir serviços que se traduzem na limpeza e serviços gerais do Mercado Municipal de Queijas, atividade que pela sua natureza consiste num serviço provisório e eventual, sem que o acréscimo de serviço decorra da realização de diversos eventos; -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de quatro (4) meses, com início a 2 de setembro de 2016. -----

4 – O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 35.º da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2016; -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com o prestador de serviços, Sr. João Pedro Reis Rosa, contribuinte n.º 196 569 370. O prestador de serviços deverá comprovar a situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

11 – Proposta de Deliberação N.º 132/2016 -----

No âmbito das GOP/2016 desta Junta de Freguesia e no concerne às matérias de trânsito e circulação viária, pretende-se emitir pareceres a pedido do Município ou sob proposta desta Junta de Freguesia. -----

Neste sentido, o Município solicitou a esta Autarquia através do email “GAF n.º 1158-2016 de 25 de agosto de 2016”, do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, parecer referente ao estacionamento na Rua Fernão Lopes, em Queijas (em anexo informação n.º 12838/2016-DPGU/DPM/NAM e respetivas plantas). -----

Neste contexto e após análise deste executivo, propõe-se: -----

1. Que seja dado Parecer Favorável às alterações apresentadas através da informação da CMO N.º 12838/2016-DPGU/DPM/NAN na reposição de dois sentidos em toda a extensão da Rua António Feliciano de Castilho, em Queijas. -----

2. O envio ao Município para os efeitos tidos nos termos da presente deliberação. -----

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

12 – Proposta de Deliberação N.º 133/2016 -----

Conforme programado para este mandato e nas Grandes Opções do Plano para 2016, a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas revitalizou as Festas em 2014 e vai realizar pela terceira vez em parceria com a Paróquia de São Miguel Arcanjo - Queijas, a Festa tradicional e secular de Linda-a-Pastora, as Festas de Nossa Senhora da Luz. -----

Pretende-se assinalar esta data, 8 de Setembro, com uma Festa, que se realizará nos dias 10 e 11 de Setembro, no Adro da Capela de São João Baptista em Linda-a-Pastora, que conta com o apoio neste evento da Associação dos Bombeiros de Linda-a-Pastora. -----

Esta Festas de muita tradição irão aglutinar esta comunidade de Linda-a-Pastora neste evento singelo, mas de enorme beleza e História, de cariz religioso e popular. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. A realização das Festas em Honra de N.ª Sra. da Luz, em Linda-a-Pastora, nas datas acima referidas, como o apoio desta Autarquia na contratação de uma Banda, pagamento à Sociedade Portuguesa de Autores e Decoração de flores na capela. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

13 – Proposta de Deliberação N.º 134/2016 -----

No âmbito das GOP/2016 desta Freguesia, pretendemos realizar as Festas em honra do Padroeiro de S. Miguel Arcanjo em Queijas, abrangendo tanto quanto possível as áreas culturais, desportivas e religiosas. -----

Revitalizar as Festas foi um compromisso assumido pelo signatário e que este Executivo já implementou no mandato anterior, com a dinâmica que esta Vila merece. -----

Neste sentido, pretende-se continuar a dinamizar a Freguesia com festividades que proporcionem aos nossos munícipes alguns momentos de entretenimento e fruição cultural, com espaço de “feira”, com equipamentos de “comes e bebes”, de divertimentos, stand’s para Associações, Município e Freguesia e, particularmente, animação de palco e de rua, contando com as coletividades da Freguesia e do Concelho. -----

No entanto, face à situação económica do País e que não devemos ser alheios face a restrições orçamentais pela Administração Central, o período das festas será reduzido de forma a otimizar os recursos existentes com o mínimo de investimento, contando com as habituais receitas dos feirantes, apoio do comércio local e empresarial e apoio do Município de Oeiras. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que as Festas da Freguesia se realizem no mês de Setembro, entre os dias 28 de Setembro e 2 de Outubro de 2016 em coorganização com a Paróquia de Queijas, em que a Paróquia ficará responsável pelos eventos assinalados e referidos no pré-programa e a Junta de Freguesia pelo programa profano, animação em palco, logística, licenciamento, etc.;

2. A aprovação do Pré-Programa das Festas (em anexo), que será desenvolvido até à publicação do programa definitivo; -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

14 – Proposta de Deliberação N.º 135/2016 -----

No âmbito das GOP/2016 desta Freguesia, pretendemos realizar a 11.ª Edição das Festas de Carnaxide, abrangendo tanto quanto possível as áreas culturais, desportivas e religiosas.

Revitalizar as Festas foi um compromisso assumido pelo signatário e pela extinta Junta de Freguesia de Carnaxide. -----

Neste sentido, pretende-se continuar a dinamizar a Freguesia com festividades que proporcionem aos nossos munícipes alguns momentos de entretenimento e fruição cultural, com espaço de “feira”, com equipamentos de “comes e bebes”, de divertimentos, stand’s para Associações, Município e Freguesia e, particularmente, animação de palco e de rua, contando com as coletividades da Freguesia e do Concelho. -----

À semelhança dos anos transatos, em que a aposta foi ganha na descentralização, as Festas realizam-se no Núcleo Antigo, Centro Cívico, AM 18 de Maio, AM Lupeca e Praceta D. João II.

No entanto, face à situação económica do País e que não devemos ser alheios face a restrições orçamentais pela Administração Central, o período de animação em palco será reduzido de forma a otimizar os recursos existentes com o mínimo de investimento, contando com as habituais receitas dos feirantes, apoio do comércio local e empresarial e apoio do Município de Oeiras. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que as Festas da Freguesia se realizem no mês de Outubro, entre os dias 05 e 9 de Outubro de 2016; -----

2. A aprovação do Pré-Programa das Festas (em anexo), que será desenvolvido até à publicação do programa definitivo; -----

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

15 – Proposta de Deliberação N.º 136/2016 -----

No âmbito da gestão do Mercado Municipal de Carnaxide através do protocolo nº150/2012

celebrado em 11 de Junho de 2012 entre esta Autarquia e o Município de Oeiras, a concessionária Maria Madalena Marques, comunicou a esta Autarquia no dia 29 de Agosto a intenção de desistir da banca nº 59, do ramo de padaria e bolos conforme informação nº499/gabinetedestudos/2016, com efeitos a 01 de Setembro de 2016. -----

Nos termos do RMM os titulares do direito de ocupação podem, a todo o tempo, restituir os lugares concessionados. -----

Refere o nº 4 do artigo 522º do mesmo regulamento que em caso de renúncia até ao final do quinto ano a contar da atribuição, o Município procede à devolução de um quinto do valor correspondente à base de licitação por cada ano em falta, o que neste caso em concreto não acontece dado que a banca nº59 foi atribuída à concessionária em 01/12/2012 em regime de permuta da banca nº 56, cuja concessão ocorreu há mais de 5 anos. -----

Ainda assim e perante o artigo 24º do RMM, o requerente deverá proceder aos pagamentos das taxas devidas até ao término do mês ou dia, consoante a modalidade de ocupação, situação que foi verificada na Contabilidade e que no caso em questão se encontra apenas por liquidar o valor referente ao processo de execução fiscal nº03/2016 a decorrer, cujo valor em dívida à data é de 4.071,53€, com acordo de pagamentos mensais. -----

No que diz respeito a obras executadas nos locais de venda, o n.º5 do artigo 547 prevê que no final da ocupação do local de venda, o titular está obrigado a devolver o mesmo ao Município, no estado em que se encontrava aquando da sua atribuição, livre de pessoas e bens, sob pena da referida reposição ser efetuada pelo Município, a suas expensas. -----

Neste contexto propõe-se a aprovação nos seguintes termos: -----

1. A caducidade do título de ocupação por restituição da banca n.º59 (Padaria e Bolos), em nome de Maria Madalena Marques, Contribuinte 142 353 183, sendo que a restituição poderá ocorrer em 01/09/2016. -----

2. No âmbito do processo de execução fiscal nº03/2016 deverá o operador continuar a efetuar o pagamento mensal de 116,33€ em prestações mensais e sucessivas, conforme acordo celebrado entre as partes. -----

3. Que se seja atualizado o mapa geral de ocupação do Mercado, com publicação de edital

4. Que seja dado conhecimento ao interessado. -----

5. A presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

16 – Proposta de Deliberação N.º 137/2016 -----

Conforme as Grandes Opções do Plano para 2016, a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas vai realizar pela terceira vez em parceria com a Paróquia de São Miguel Arcanjo - Queijas, a Festa tradicional e secular de Linda-a-Pastora, as Festas

de Nossa Senhora da Luz, que se realizará nos dias 8, 10 e 11 de Setembro, no Adro da Capela de São João Baptista em Linda-a-Pastora, bem como as Festas de S. Miguel Arcanjo em Queijas, nos dias 28 de Setembro a 2 de Outubro, abrangendo tanto quanto possível as áreas culturais, desportivas e religiosas. -----

Neste sentido e por forma a engalanar e embelezar as ruas nas zonas envolventes das referidas Festas, torna-se necessário proceder ao fornecimento do seguinte serviço: -----

a) Fornecimento, montagem e desmontagem de 5 arcos decorativos (iluminação feérica) para as Festas em Honra de Nossa Senhora da Luz em Linda-a-Pastora, a realizar nos dias 8, 10 e 11 de Setembro, para colocação na Rua Manuel Pereira Azevedo, Linda-a-Pastora, a serem montados no dia 6 de Setembro de 2016; -----

b) Fornecimento, montagem e desmontagem de 20 arcos decorativos (iluminação feérica) para as Festas em Honra de S. Miguel Arcanjo em Queijas, a realizar entre 28 de Setembro e 2 de Outubro, para colocação nas Ruas de Queijas, conforme anos anteriores, com montagem no dia 26 de Setembro de 2016; -----

Neste sentido, o fornecedor, "ISISOM – Produção de atividades recreativas e culturais, Lda." com sede na Rua 25 de Abril, N.º 10, 2005-085 Póvoa da Isenta, contribuinte nº 508 032 326, apresentou a proposta que se junta. Foi verificado que a sua participação neste procedimento não viola os limites previstos nos nºs. 2 e 5 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----

O encargo objeto deste procedimento será suportado pelo orçamento de 2016, imputando-se o mesmo na classificação económica 05/06.02.03.09.01 – Ação 144 – Festas da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, a qual apresentam disponibilidade orçamental para o efeito. -----

O prazo de entrega é no dia 6 de setembro e no dia 26 de setembro, a contar da data da comunicação do número do compromisso, sendo o local de entrega, as instalações desta Junta de Freguesia. -----

Assim, o pagamento será efetuado após boa entrega e mediante especificações constantes da fatura ou documento equivalente. A quantidade do material será fornecida, conforme as necessidades. -----

Uma vez que o valor da aquisição é inferior a 5.000,00 Euros, propõe-se nos termos do preceituado nos artigos 112.º, 128.º e 129.º do CCP que o presente procedimento ocorra no âmbito do ajuste direto – REGIME SIMPLIFICADO - não havendo lugar à celebração de contrato escrito (al. a), do n.º 1, do artigo 95.º do CCP). -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. A adjudicação do aluguer de 25 arcos decorativos (iluminação feérica) para as Festas em Honra de N.ª Sra. da Luz em Linda-a-Pastora e para as Festas em Honra de S. Miguel Arcanjo

em Queijas), pelo valor de 3.800,00 € (três mil e oitocentos euros) a que acresce o IVA à taxa de 23%, perfazendo um valor de 4.674,00 € (quatro mil seiscientos e setenta e quatro euros). -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na íntegra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na íntegra o texto original.

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 23h45m.

O Executivo

O Presidente

(Jorge Manuel de Sousa de Vilhena)

O Secretário

(Américo Duarte)

O Vogal

(José Rodrigues)

A Vogal

(Carla Pinto)

O Vogal

(António Rocha)